

Processo: **00430-2005-019-10-00-4 RO** (Acórdão 3ª Turma)
Origem: 19ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA/DF
Juiz(a) da Sentença: Eliana Pedrosa Vitelli
Relator: Desembargador Braz Henriques de Oliveira
Revisora: Desembargadora Márcia Mazoni Cúrcio Ribeiro
Julgado em: **03/05/2006**
Publicado em: **12-Mai-2006**
Recorrente: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
Advogado: Adriana Silveira Machado
Recorrente: Dan Hebert S.A. Construtora e Incorporadora
Advogado: Regiane Ataíde Costa
Recorrido: Os Mesmos

Acórdão do(a) Exmo(a) **Desembargador Braz Henriques de Oliveira**

EMENTA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. DANO MORAL COLETIVO. Versando o pleito sobre direitos ou interesses coletivos, assim denominados aqueles transindividuais (ou metaindividuais), indivisíveis e dos quais é titular um grupo, categoria ou classe de pessoas conectadas por uma relação jurídica base preexistente, entre si ou com a parte contrária, a legitimidade do *Parquet* para ajuizar a presente ação civil pública emana do art. 5º da Lei nº 7.347/1985 e dos artigos 81, par. único, II e 82, I, do CDC. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. DANO MORAL INDIVIDUAL. É incontestável a legitimidade do *Parquet* para defender também os direitos ou interesses individuais homogêneos. Todavia, há de ser observado que esses direitos tenham origem comum, envolvam relevante interesse social e sejam indisponíveis, consoante art. 127, caput, da CF. Não preenchidos estes requisitos, subiste sua ilegitimidade ad causam. **DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO.** A caracterização do dano moral decorre da mera constatação da lesão, não havendo necessidade de que seja produzida prova do sentimento que ela desencadeou. Noutros termos, uma vez presente a lesão, o dano é presumível, pois não se pode cogitar a produção de provas de valores intangíveis como dor, angústia, tristeza, sofrimento psíquico e outros do gênero. Demonstrado nos autos o desrespeito a direitos trabalhistas garantidos pela própria Constituição Federal (art. 7º, I, da CF), na medida em que a Ré condicionou o pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados à devolução dos valores correspondentes à indenização compensatória de 40% sobre o FGTS, o senso comum nos leva a concluir que a indignação e sobretudo a insegurança certamente assolará a coletividade de seus empregados. Constatado o dano moral coletivo sofrido pelos empregados da Ré, sobejá pertinente sua condenação à indenização correspondente, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. **CONDENAÇÃO À OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. TUTELA INIBITÓRIA DE NATUREZA PREVENTIVA.** "A tutela inibitória, de natureza preventiva, é assegurada pela própria Constituição Federal, que proíbe sejam subtraídas da apreciação pelo Poder Judiciário não apenas a lesão, mas também a ameaça de direito (art. 5.º, XXXV), do que resulta perfeitamente factível a busca de um provimento judicial não para restaurar o ordenamento jurídico violado ou reparar um dano causado,

mas sim para prevenir, em razão do perigo eminente, a prática ou a repetição de um ilícito. Tal espécie de tutela jurisdicional possui fundamento normativo nos artigos 461 do CPC e 84 do CDC" (Juíza CILENE FERREIRA AMARO SANTOS).